



CPI acessa documentos sigilosos a partir de hoje

Senadores e deputados do colegiado que investiga relações do contraventor Carlos Cachoeira seguirão rigorosas normas de segurança e proteção de dados

Os dados provenientes de investigações da Polícia Federal estão em uma sala no subsolo do Senado, com câmeras de monitoramento, onde as consultas dos parlamentares poderão ser feitas em três computadores.

Além de não levar telefone celular ou qualquer outro dispositivo com câmera fotográfica ou filmadora, o integrante da CPI que for à sala terá que assinar termo de responsabilidade sobre preservação do sigilo das informações compartilhadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Para amanhã, está programado o depoimento do delegado da Polícia Federal responsável pela Operação Vegas, e Cachoeira deve ser ouvido na terça-feira da semana que vem. **3**

Geraldo Magela/Agência Senado



Apenas três parlamentares poderão entrar de cada vez na sala da CPI, que tem 15 metros quadrados

Conselho de Ética pode abrir processo contra Demóstenes Torres amanhã **3**

Juristas estudam punir incêndio criminoso com mais rigor **4**

Carta da Terra será discutida hoje no Senado com órgãos internacionais **4**

Balanco de abril tem 116 matérias aprovadas em comissões **2**

Programa Assunto de Estado - PERNAMBUCO
Metas para o interior

Programa ao vivo com os senadores:
Armando Monteiro (PTB), Humberto Costa (PT) e Jarbas Vasconcelos (PMDB)
7 de maio, segunda-feira, às 21h30, na TV Senado e na Rádio Senado

Assunto de Estado

Envie suas perguntas:
0800 61 2211
www.senado.gov.br/alosenado
Twitter: @tvsenado

www.senado.gov.br/tv



Deputada Jô Moraes (3ª à esq.) e senadora Ana Rita (4ª à esq.) lamentam ausência de convidados em debate da CPI da Mulher, na sexta

Eduardo Guedes de Oliveira/ALESC

CPI da Mulher quer convocar secretários de Santa Catarina **3**

Os empresários e os trabalhadores leem

JORNAL DO SENADO
17anos

Punições para lavagem de dinheiro, isenção de taxa de vestibular para estudantes carentes e assentos especiais para obesos em transporte coletivo estão entre as matérias aprovadas durante o mês



O projeto do Ato Médico foi tema de uma das mais importantes audiências públicas realizadas em comissões do Senado

Comissões aprovaram 116 propostas em abril

EM ABRIL, AS comissões permanentes e subcomissões do Senado fizeram 74 reuniões, entre elas 40 audiências públicas para discussão de diversos temas. Foram analisadas 116 matérias, sendo 45 em votação final. Também foram votados 92 requerimentos pelas comissões e outros dois pela Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016. O balanço está disponível na resenha mensal concluída pela Secretaria-Geral da Mesa na semana passada.

Entre as 116 matérias aprovadas, estão o substitutivo da Câmara que altera a Lei 9.613/98 para tornar mais eficientes as punições para os crimes de lavagem de dinheiro (SCD 209/03) e a proposta que isenta estudantes carentes de taxas de inscrição para vestibular em universidades públicas (PLC 62/11).

Outro projeto aprovado pelas comissões garante assentos especiais para pessoas obesas em espaços de espetáculos públicos e meios de transporte coletivo (PLC 132/11). Foi aprovado também o projeto de resolução do Senado que estabelece alíquota única de 4% de ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior (PRS 72/10).

Organização da Copa

Das 40 audiências públicas de abril, 29 foram de comissões permanentes e oito de subcomissões. Entre as mais importantes, destacam-se as discussões sobre a organização da Copa de 2014 e a Lei Geral da Copa (PLC 10/12), o Ato Médico (PLS 268/02), a situação do transporte coletivo e a modalidade urbana. Também foi feito um debate sobre o marco legal do setor

de informática e outro sobre revalidação e reconhecimento automático de diplomas de ensino superior em instituições estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica. A Comissão de Relações Exteriores (CRE) fez três audiências públicas para discutir os rumos da política externa brasileira, num ciclo de debates que continua ao longo do ano.

As comissões também sabatinaram três diplomatas indicados para embaixadas em El Salvador, na Líbia e na Áustria. Também foram aprovados três empréstimos do Banco Mundial: US\$ 60 milhões para o Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, US\$ 350 milhões para o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Piauí e US\$ 100 milhões para o Projeto Pernambuco Rural Sustentável Prorural III.

Produção no ano e no mês

		EM 2012	EM ABRIL
Plenário	▶ matérias aprovadas	32	18
	▶ medidas provisórias aprovadas na forma de projeto de lei de conversão	8	2
Comissões permanentes	▶ pareceres proferidos	407	116
	▶ pareceres proferidos em decisão terminativa	240	45
Comissões permanentes e subcomissões	▶ reuniões	193	74
	▶ audiências públicas	101	40
	▶ requerimentos votados	279	94

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO: Polo Industrial de Manaus

11h A sessão é destinada a comemorar os 45 anos do Polo Industrial de Manaus. Às 14h, a sessão é não deliberativa.

CDH: Consumo seguro e saúde

9h "Direito do consumidor: o consumo seguro e saúde" é tema de debate. O diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, é um dos participantes.

CMA: Carta da Terra

9h A Comissão de Meio Ambiente promove um colóquio internacional sobre a Carta da Terra. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, abre o evento.

CÓDIGO PENAL: Juristas

10h A comissão de juristas que elabora anteprojeto de Código Penal trata de crimes contra a administração, contra a incolumidade e contra a relação de consumo.

CPI DA MULHER: Porto Alegre

14h Debate sobre situações de violência doméstica e a aplicação da Lei Maria da Penha, com participação de gestores públicos e movimentos sociais do Rio Grande do Sul.

CRE: Diplomacia do futuro

18h O terceiro painel do ciclo de debates da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vai ter como tema: "Diplomacia do futuro – perspectivas".

TERÇA

AVIAÇÃO CIVIL: Voos comerciais

9h A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil debate as políticas para a aviação comercial. Foi convidado o diretor-presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, José Márcio Monsão Mollo.

CAE: Remédios baratos

10h Na pauta, projeto que autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social.

CE: Bolsas de estudo

10h Um dos projetos prevê que as empresas com mais de cem empregados deverão conceder bolsas de estudo aos seus trabalhadores e dependentes.

CAS: Odontologia

10h30 Debate sobre odontologia e saúde suplementar. Entre os convidados, o presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas, Wellington Moreira Mello.

QUARTA

CCT: Estratégia nacional

9h Audiência pública debate a estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação. Foi convidado o ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp.

CAS: Catador de material reciclável

9h Na pauta, inclusão de catador de material reciclável como segurado especial da Previdência e pagamento de adicional de insalubridade na coleta de lixo.

CMMC: Financiamento

14h Debate sobre "Pagamento por serviços ambientais: mecanismos de financiamento da proteção do meio ambiente", com representantes do Ministério do Meio Ambiente.

QUINTA

CMA: Logística reversa

8h30 Debate sobre "A Anvisa e a implementação da logística reversa de resíduos de medicamentos".

CI: Transporte coletivo

9h Projetos sobre o transporte coletivo e sobre normas para licitações e contratos da administração pública estão na pauta.

CAS: Anvisa

9h O diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Dirceu Barbano, apresenta relatório de atividades.

CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos

14h30 O delegado da PF Matheus Rodrigues e os procuradores Daniel Salgado e Léa Batista de Oliveira depõem.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Abertura de processo contra Demóstenes será votada amanhã no Conselho de Ética

Os 16 integrantes do Conselho de Ética do Senado decidem amanhã, por meio de votação nominal, se o órgão deve abrir processo disciplinar contra Demóstenes Torres (sem partido-GO). Em reunião marcada para as 9h30, eles vão analisar relatório de Humberto Costa (PT-PE) que recomendou a abertura do processo. Demóstenes foi acusado formalmente pelo PSOL de quebrar o decoro parlamentar por se envolver com o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso na penitenciária da Papuda, em Brasília.

A reunião do Conselho de Ética está cercada de forte expectativa, uma vez que definirá o futuro imediato do parlamentar goiano. Se o órgão acatar o parecer de Humberto Costa, Demóstenes terá de escolher entre enfrentar o processo disciplinar ou renunciar ao mandato para não perder os direitos políticos.

No entanto, o mesmo artigo 55 da Constituição, que determina a perda do mandato de quem tiver o procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar, afirma que a renúncia "terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais", ou seja, até o final do processo.

Plano disponível

Na página principal do Senado na internet, já está disponível o link (<http://bit.ly/planoCPI>) que dá acesso à



Relator, Humberto Costa avalia que Demóstenes quebrou decoro

íntegra do plano de trabalho aprovado pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga o envolvimento de Carlinhos Cachoeira com políticos e empresários.

O plano apresentado pelo relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG), foi aprovado na quarta-feira e prevê que o relatório final das investigações seja votado em 25 de outubro. Até lá está agendada uma série de atividades, entre elas a tomada de vários depoimentos ainda este mês, como o do próprio Carlinhos Cachoeira e de Demóstenes Torres.

Em junho, várias audiências vão debater as ligações do contraventor com governos estaduais e membros do Ministério Público e das polícias estaduais e Federal. O plano ainda prevê visitas a autoridades e outras diligências.

Integrantes do colegiado que investiga as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira terão que obedecer a rigorosos procedimentos de segurança e proteção aos dados provenientes da Polícia Federal

Começa hoje acesso a material sigiloso da CPI

O PRESIDENTE DA CPI mista que investiga as relações de agentes públicos e privados com o contraventor Carlinhos Cachoeira, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), divulgou as regras para o acesso de parlamentares ao material sigiloso.

Os documentos, provenientes das operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal, compartilhados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com a CPI, poderão ser lidos pelos integrantes da comissão a partir de hoje, das 9h às 20h. O acesso será feito em uma sala do subsolo da Ala Alexandre Costa, preparada com rigorosos procedimentos de segurança e proteção aos dados.

Além de não levar telefone

celular ou qualquer outro dispositivo com câmera fotográfica ou filmadora, o parlamentar que acessar a sala deverá, previamente, assinar termo de responsabilidade, visando preservar o sigilo das informações compartilhadas.

Vital explicou que as normas decorrem da necessidade de a CPI ater-se às regras de preservação das informações sigilosas. O cuidado também foi determinado pelo ministro Ricardo Lewandowski, relator do inquérito no Supremo.

A primeira reunião da CPI ocorreu na quarta-feira, quando foi aprovado o plano de trabalho apresentado pelo relator da comissão, deputado Odair Cunha (PT-MG).

Para amanhã, está marcado o depoimento do delegado da Polícia Federal Raul Alexandre Marques de Souza, responsável pela investigação da Operação Vegas. Dois dias depois serão ouvidos o delegado Matheus Mela Rodrigues e os procuradores da República Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira, responsáveis pela Operação Monte Carlo.

O depoimento de Cachoeira está programado para o dia 15, depois das oitivas dos delegados e procuradores responsáveis pelas operações da Polícia Federal que investigaram o contraventor. O senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) deve ser ouvido no dia 31 de maio.

Comissão guarda informações em sala-cofre

Foi instalada no Senado, na sexta-feira, a sala de acesso aos dados sigilosos compartilhados pelo Supremo Tribunal Federal com a CPI mista do caso Cachoeira. A previsão é que a sala, de 15 metros quadrados, esteja disponível hoje.

Apenas os senadores e deputados que fazem parte da CPI poderão ter acesso aos dados.

As consultas serão feitas por computador e só três parlamentares poderão entrar a cada vez. Haverá três máquinas.

Para evitar cópias, não será possível entrar com celulares, máquinas ou filmadoras.



Sala é preparada para receber os computadores que guardarão dados enviados pelo Supremo

Os parlamentares terão de assinar um termo de responsabilidade para preservar o sigilo das informações, vindas das

operações da Polícia Federal. Haverá uma câmera de monitoramento dentro e outra fora da sala.

Violência contra a mulher: Ana Rita quer convocar ausentes

A relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, senadora Ana Rita (PT-ES), lamentou a ausência de várias autoridades de Santa Catarina em audiência pública realizada sexta-feira na Assembleia Legislativa do estado, em Florianópolis.

Ana Rita afirmou que as informações na audiência não foram completas nem suficientes sobre o quadro de insegurança das mulheres no estado, e apresentará requerimento para que os ausentes sejam convocados a prestar esclarecimentos em Brasília.

— Como relatora, me sinto na obrigação de fazer isso. É uma falta de atenção com o trabalho da CPI — disse.

O secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, César Grubba, foi representado pela titular da 6ª Delegacia da Mulher, Criança e Adolescente,

Juliana Renda Gomes. Ana Rita elogiou a boa vontade da delegada, mas esperava uma visão mais ampla da situação.

Também convidado para a audiência, o procurador-geral de Justiça, Lio Marcos Marin, enviou como representante a procuradora Maria Amélia Borges Moreira Abbad.

Por sua vez, o secretário de Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, não compareceu nem foi representado.

A omissão do poder público foi apontada pelo movimento de mulheres como um grande obstáculo para a plena eficácia da Lei Maria da Penha. Em entrevista coletiva que antecedeu

a audiência pública, Ana Rita salientou o contraste entre o avanço da legislação brasileira e os índices alarmantes de agressões contra mulheres. Ela considera que ainda há uma grande carência de serviços de assistência às vítimas de violência.

— Em Santa Catarina, o

maior problema apresentado é a falta de uma defensoria pública. Uma mulher que sofre violência, que precisa de apoio jurídico no estado, não tem — lamentou Ana Rita.

Desde sua instalação, em fevereiro, a CPI mista já realizou dez audiências públicas no Senado e esteve em Pernambuco e Minas Gerais. O plano de trabalho prevê visitas aos dez estados com maiores índices de violência contra a mulher.

Hoje, o colegiado estará na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O encontro contará com a participação de gestores públicos, parlamentares e representantes de movimentos sociais.

Antes da audiência, a CPI mista visitará o presidente do Tribunal de Justiça do estado, Marcelo Bandeira Pereira, e o governador em exercício, Beto Grill. O debate está marcado para as 14h.



Ana Rita (de branco) e demais integrantes da CPI em Santa Catarina: falta de defensoria é principal problema do estado



Ônibus destruído em Brasília: onda de incêndios desse tipo em São Paulo em 2006 gerou apelos por maior punição

Comissão debate incêndio e explosão criminosos

Juristas discutirão hoje alterações na pena para criminosos que ateiem fogo a ônibus, por exemplo; grupo deve concluir neste mês anteprojeto do Código Penal que será apresentado à Presidência do Senado

A COMISSÃO DE juristas criada pelo presidente do Senado, José Sarney, para elaborar uma proposta de reforma do Código Penal volta a se reunir hoje, dessa vez para deliberar sobre os crimes contra a incolumidade pública (que ameaçam a vida e provocam prejuízos patrimoniais de largo alcance, como explosões, incêndios e atentados).

A intenção é concluir neste mês um anteprojeto com mudanças no Código Penal. Esse texto depois poderá tramitar no Senado como projeto de lei ordinária.

Os incêndios de ônibus comandados por organizações criminosas que operam em grandes cidades são exemplos de crimes contra a incolumidade pública.

Em 2006, quando houve em São Paulo uma onda de incêndios tendo por alvo veículos de transportes coletivos, surgiram apelos por maior rigor na punição desse tipo de crime.

Pavor

Logo depois, o então senador Eduardo Azeredo apresentou um projeto (PLS 53/07) sugerindo aumento nas penas não somente para os crimes de incêndio, mas para outros delitos contra a incolumidade pública, como explosão e atentado contra a segurança dos transportes marítimo, fluvial e aéreo.

Na época, Azeredo disse que os fatos ocorridos em São Paulo causaram intenso pavor, abalando a confiança pública em relação à

segurança dos serviços de transporte coletivo.

Segundo ele, as penas de reclusão previstas para crimes como esse são muito brandas e, a seu ver, insuficientes para desestimular condutas delituosas que claramente buscam “intimidar a população e desafiar o Estado”.

Para os crimes de incêndio e explosão, por exemplo, o projeto prevê pena de reclusão de 4 a 10 anos. Atualmente, a pena é de 3 a 6 anos. A proposta de Azeredo já passou no Senado e agora está na Câmara dos Deputados.

A comissão de juristas é presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp e tem como relator o procurador Luiz Carlos Gonçalves.

Diplomacia brasileira em discussão hoje

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza hoje, às 18h, audiência pública sobre as perspectivas da diplomacia do futuro. A audiência faz parte do 5º ciclo da série sobre os rumos da política externa brasileira, que trata de temas da agenda internacional e foi proposta pelo presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL).

Para hoje estão convidados o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Ruy Nogueira; o ex-chanceler Francisco Rezek, que já foi ministro do STF e juiz da Corte Internacional de Haia; e os professores Lier Pires Ferreira (IUPERJ) e José Flávio Sombra Saraiva (UnB).

Nova poupança deve ser votada em 120 dias

Foi publicada em edição extra do *Diário Oficial da União* de sexta-feira a Medida Provisória 567/12, que define a remuneração dos depósitos em poupança feitos a partir de sexta-feira passada. O índice será de 70% da Selic mais a Taxa Referencial (TR) sempre que a Selic, hoje fixada em 9%, chegar a 8,5% ou menos. A próxima reunião do Banco Central para definir a Selic será nos dias 29 e 30 de maio.

O Congresso tem 120 dias para votar a MP, que determina aos bancos a separação dos novos depósitos. Os saques feitos do dia 4 em diante recairão sobre esse montante separado, até seu esgotamento, e só a partir de então atingirão o saldo remanescente.

Entidades internacionais discutem Carta da Terra

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) faz hoje, às 9h, o Colóquio Internacional sobre a Carta da Terra, uma declaração de princípios que busca o desenvolvimento sustentável. O evento é uma parceria entre a comissão e a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN em inglês) e a Earth Charter Initiative.

A Carta da Terra procura identificar os desafios e escolhas críticas para o século 21.



Pablo Valadares/Agência Senado

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participará da abertura, e os senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Jorge Viana (PT-AC) farão parte das mesas.

Como palestrantes, foram convidados o ex-primeiro-ministro da Holanda e fundador da Comissão da Carta da Terra Ruud Lubbers, o coordenador nacional da IUCN no Brasil, Luiz Fernando Krieger Merico, e o teólogo Leonardo Boff, entre outros.

Debate abre hoje Semana da Vigilância Sanitária

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública hoje sobre o tema “Direito do consumidor: consumo seguro e saúde”. O debate, requerido por Paulo Paim (PT-RS), integra a Semana de Vigilância Sanitária no Congresso, promovida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O objetivo é prestar contas ao Congresso das atividades realizadas pela Anvisa, além de debater o papel da agência diante das necessidades do novo cenário econômico e social no Brasil e no mundo.

Até quinta-feira, outros temas relativos à vigilância sanitária, como o mercado de agrotóxicos, os resíduos de medicamentos e a gestão de pessoas no setor também estarão na pauta de pelo menos dez comissões do Senado e da Câmara.

Do debate de hoje, marcado para as 9h, participarão o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Aparecido Barbano, além de representantes do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e da Diretoria de Qualidade do Inmetro.

Miriam Belchior apresenta LDO às 14h30 de amanhã

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, apresenta à Comissão Mista de Orçamento (CMO), às 14h30 de amanhã, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013.

Na proposta, que é relatada por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o governo projeta um cenário otimista para a economia no ano que vem, com crescimento do produto interno bruto (PIB) estimado em 5,5% e inflação de 4,5%.

O salário mínimo a partir de

janeiro de 2013 foi estipulado em R\$ 667,75 — aumento de 7,35% em relação ao atual (R\$ 622). O reajuste é a soma de dois indicadores: o crescimento do PIB em 2010 (2,73%) mais a previsão de inflação para 2012 (4,6%).

Neste ano, a expectativa dos membros da CMO é de que a votação do relatório final na comissão ocorra até 1º de julho.

O Congresso só pode entrar em recesso em julho (entre os dias 18 e 31) após a votação da LDO.

Tema inaugural do Fórum Senado Brasil 2012 será o analfabetismo científico

O físico amazonense Alberto Santoro será cantado em cordel. A iniciativa integra o Fórum Senado Brasil 2012 — projeto do presidente do Senado, José Sarney, que envolve o Legislativo e a sociedade em uma avaliação da primeira década deste século, como forma de se pensar o futuro.

A letra do cordel será

distribuída no dia 29, no debate inaugural do fórum, que tratará do analfabetismo científico — um dos desafios científicos do século 21, tema geral do evento. Santoro estará presente.

— A força do exemplo de Santoro é referência fundamental para a juventude brasileira — disse Sarney.

A biografia do cientista foi encomendada ao cordelista potiguar Crispiniano Neto.

— Em geral, os heróis são eleitos entre os que usam da espada ou do canhão para vencer batalhas. É preciso conhecer ícones que buscaram soluções pelo caminho da paz — afirmou ele.

O físico amazonense lidera a

equipe de brasileiros no LHC, o maior acelerador de partículas do mundo, localizado na fronteira franco-suíça.

O debate será no Auditório Petrônio Portela e começará às 8h. O público-alvo inclui o Legislativo, o Executivo, o Judiciário, universitários e interessados em geral.

O fórum será realizado

por uma comissão instituída por iniciativa do presidente José Sarney para organizar debates sobre os desafios das democracias modernas, da era tecnológica, das crises financeiras e da cultura.

Criado em março, o colegiado é presidido pelo embaixador e ex-ministro da Cultura Jerônimo Moscardo.